

### **III-162 – PANORAMA DA COLETA SELETIVA EM SALVADOR-BA: A EXPERIÊNCIA DAS COOPERATIVAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS COM POSTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA**

**Juliane Figueredo Souza de Araújo<sup>(1)</sup>**

Engenheira Sanitarista e Ambiental pela Universidade Federal da Bahia.

**Gabriela Vieira de Toledo Lisboa Ataíde**

Engenheira Sanitarista e Ambiental pela Universidade Federal da Bahia (Ufba). Mestre em Meio Ambiente, Águas e Saneamento pela Escola Politécnica da Ufba. Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo na Faculdade de Arquitetura da Ufba. Consultora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (Ifba).

**Luiz Roberto Santos Moraes**

PhD em Saúde Ambiental (LSHTM/University of London), Professor Titular em Saneamento (aposentado) e Participante Especial (voluntário) do Mestrado em Meio Ambiente, Águas e Saneamento-MAASA da Escola Politécnica, do Programa de Pós-graduação em Saúde, Ambiente e Trabalho-PPgSAT da Faculdade de Medicina da Bahia e da Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia-RAU+E da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia.

**Endereço<sup>(1)</sup>:** Rua Novo Horizonte, 39, cond. Novo Horizonte, bloco 140a, ap. 703 – Acupe de Brotas - Salvador - BA- CEP: 40.290-735 - Brasil - Tel: (71) 99277-1227 - e-mail: juliane.faribei@gmail.com

#### **RESUMO**

No Brasil, recentemente, foi promulgada a Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, com um conteúdo que valoriza a importância do trabalho dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis organizados por meio das cooperativas, além de instituir instrumentos, a exemplo da coleta seletiva, como uma alternativa para o desenvolvimento de uma gestão e gerenciamento integrado de resíduos sólidos baseada na não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento, destinação final e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos. Nesse contexto, o estado da Bahia também promulgou a Lei nº 12.932/2014, da Política Estadual de Resíduos Sólidos e o município de Salvador a Lei nº 8.915/2015, que institui a Política Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, com conteúdos similares a Lei Nacional. Nesse sentido, com o objetivo de verificar a experiência da coleta seletiva do município de Salvador por meio dos Postos de Entrega Voluntária (PEV's), foram obtidas informações da gestão municipal sobre as cooperativas de materiais reutilizáveis e recicláveis do Município que estavam recebendo os resíduos dos PEV's em 2018 e sobre a atuação do grupo Neoenergia relacionada à coleta seletiva. Por meio de ligações telefônicas foi possível verificar que as condições de trabalho das cooperativas são bastante variáveis em relação à área do galpão, número de cooperativados e equipamentos. O reaproveitamento dos resíduos originários dos PEV's é de 40% em média, devido ao estado misturado da massa e os tipos de resíduos que chegam, como materiais perfuro-cortantes. A renda auferida com os resíduos dos PEV's é insuficiente, de forma que são realizadas parcerias com instituições públicas e privadas cuja coleta é realizada com o veículo disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Salvador, apoio fornecido a essas instituições pelo Poder Público, dentre outras constatações. Dessa forma, mediante os resultados encontrados, foi possível afirmar que a coleta seletiva praticada hoje, em Salvador, não recebe apoio satisfatório do Poder Público Municipal conforme preconizado na Lei nº 8.915/2015. O ciclo de materiais visando a reciclagem mostra que a Prefeitura Municipal não vem implementando o estabelecido na Política Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e que a iniciativa do grupo Neoenergia, por meio do Projeto Vale Luz, tem se apresentado como forma complementar à atuação do Poder Público Municipal, pois atende às pessoas físicas e jurídicas no território municipal.

**PALAVRAS-CHAVE:** Salvador, coleta seletiva, postos de entrega voluntária, cooperativas de materiais reutilizáveis e recicláveis.

## **INTRODUÇÃO**

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) vigente há oito anos no Brasil e regulamentada pelo Decreto nº 7.404/2010, estabelece princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos a fim de orientar à União, aos Estados e Municípios acerca de suas obrigações para a gestão e o gerenciamento integrado dos resíduos sólidos, em seu território de competência (BRASIL, 2019).

É Importante destacar que dentre os objetivos e diretrizes da Lei nº 12.305/2010, a não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos é apresentada como ordem de prioridade a ser observada na gestão e gerenciamento dos resíduos sólidos, nacionalmente. Dentre os princípios preconizados pela Lei nº 12.305/2010 em seu art. 6º., tem-se os incisos III que propõe a visão sistêmica na gestão de resíduos sólidos que considere variáveis ambientais, sociais, culturais e de saúde pública; o VIII que aborda o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania; e o X que enfatiza o direito da sociedade à informação e ao controle social (BRASIL, 2019).

Uma análise criteriosa da Lei nº 12.305/2010 permite observar que a coleta seletiva, a indústria da reciclagem e os catadores de materiais reutilizáveis recebem destaque, tanto nos objetivos como nos instrumentos, devido a importância que representam para sociedade e o meio ambiente, em um contexto de conservação dos recursos naturais e geração de trabalho e renda. Sendo assim, pode-se observar no art. 7º. o inciso VI que recomenda o incentivo à indústria da reciclagem, tendo em vista fomentar o uso de matérias-primas e insumos deriva dos de materiais recicláveis e reciclado e o inciso XII que objetiva integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos. Já em relação aos instrumentos, é observado no art. 8º. o inciso III que estabelece a coleta seletiva, os sistemas de logística reversa e outras ferramentas relacionadas à implementação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos e o inciso IV que incentiva à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis (BRASIL, 2019).

Em relação ao Poder Público, a Lei Nacional orienta que haja uma articulação entre as diferentes esferas com o setor empresarial e os diferentes segmentos da sociedade, com vistas à cooperação técnica e financeira para a gestão integrada de resíduos sólidos. Além disso, indica que nas aquisições governamentais, se dê prioridade a produtos reciclados e recicláveis; bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis. Por fim, recomenda-se a elaboração dos planos de resíduos sólidos em nível nacional, estadual, microrregional, intermunicipal, municipal de gestão integrada e de gerenciamento para os grandes geradores (BRASIL, 2019).

No estado da Bahia, em 2014, foi promulgada a Lei nº 12.932/2014, que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos, porém até o presente momento não foi regulamentada. Ressalta-se que há princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos consonantes à Lei Federal e que a coleta seletiva, os catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, além das instituições e empresas do segmento de reciclagem são destacados de forma similar a Política Nacional de Resíduos Sólidos (BAHIA, 2019).

Em âmbito Municipal, em 2015 foi promulgada a Lei nº 8.915/2015 que dispõe sobre a Política Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável cujo capítulo III refere-se à gestão dos resíduos sólidos com vinte e quatro artigos específicos. Nessa Lei, também se observa uma abordagem sobre a coleta seletiva, catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis e a indústria da reciclagem, no mesmo sentido que a lei federal e estadual. Além do caráter inclusivo para os catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis e apoio a formação de cooperativas ou associações de trabalho que devem receber prioridade para realização do serviço de coleta na Cidade, o inciso II do art. 55 destaca que o serviço de coleta seletiva deverá ser universalizado no município de Salvador. Sendo assim, verifica-se um arcabouço jurídico-legal que reconhece a importância dessa temática para sociedade, em geral (SALVADOR, 2019).

## **OBJETIVO**

O presente trabalho tem como objetivo analisar a atuação do Poder Público Municipal de Salvador em relação ao desenvolvimento da coleta seletiva na Cidade e o trabalho das associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

## **METODOLOGIA**

Para o desenvolvimento do presente trabalho, realizou-se uma revisão do marco legal existente sobre coleta seletiva e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis. Em seguida, contatou-se a Empresa de Limpeza Urbana de Salvador (Limpurb) e a Secretaria de Cidade Sustentável, Inovação e Resiliência (Secis) para obtenção de informações sobre a coleta seletiva realizada no município de Salvador. Também, aplicou-se um roteiro de entrevista, por meio de ligação telefônica, com oito cooperativas de materiais recicláveis e reutilizáveis de Salvador que, segundo a Secis, recebiam os resíduos coletados dos Postos de Entrega Voluntária (PEVs) distribuídos na Cidade, cujos questionamentos objetivaram: conhecer a situação e o tipo de resíduos que chegavam dos PEV's às organizações formadas por catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis; destinação final dos resíduos; etapas de reciclagem executadas; número de cooperados; existência de parceria ou convênio com alguma instituição ou condomínio; tempo de atuação no mercado; remuneração do serviço de coleta seletiva; participação em editais públicos; tipo de apoio fornecido pela Prefeitura Municipal de Salvador (PMS) e se as associações de cooperativas de materiais reutilizáveis e recicláveis têm reivindicado pelo direito de prestação do serviço de coleta seletiva no Município. Além disso, buscou-se conhecer o projeto do grupo Neoenergia voltado para a coleta seletiva, desenvolvido em Salvador, conforme informação da Secis.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

É importante destacar inicialmente sobre a importância de um marco legal, no Brasil, que valoriza as atividades desenvolvidas por catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis e que estimula a organização coletiva desses trabalhadores, por meio de associações ou cooperativas, e o serviço público de coleta seletiva. Nesse sentido, pode-se afirmar que a instituição das políticas públicas de resíduos sólidos, em distintos níveis da federação, representou um significativo avanço para os aspectos socioeconômicos, ambientais, saúde e segurança do trabalho, gestão e gerenciamento dos resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis para sociedade, principalmente àqueles que trabalham diretamente com a catação.

Atualmente, em Salvador, a Secretaria Municipal de Sustentabilidade, Inovação e Resiliência (Secis) é responsável pelo planejamento e a Limpurb pela operacionalização da coleta seletiva no Município. De acordo com informações da Secis, em 2018, o número de Postos de Entrega Voluntária (PEV's) foi reduzido de 150 para 93, os quais atenderam somente 50 bairros do universo de 163 existentes no Município, segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). A justificativa para essa redução está atribuída a atos de vandalismo em que muitos PEV's foram queimados no local de implantação.

A logística da coleta seletiva em 2018 funcionava da seguinte forma: diariamente são realizados três roteiros em que três caminhões, disponibilizados pela Limpurb, recolhem o material de 10 a 11 PEV's, que são encaminhados para as cooperativas de materiais reutilizáveis e recicláveis cadastradas na Limpurb. As cooperativas ao receberem os resíduos recicláveis realizam a triagem e comercializam os mesmos com algumas empresas.

Segundo informações da Secis, em 2018, eram dezessete cooperativas cadastradas na Limpurb, mas que somente oito recebiam os materiais reutilizáveis e recicláveis devido às condições de estrutura interna para atender a demanda da Secis, sendo elas a Canore, Coopcicla, Cooperes, Cooperlix, Cooperbari, Cooperbrava, Recicoop e Caec, às quais também, aplicou-se o roteiro de entrevista. Em 2019, Ribeiro (2019) aponta que somente cinco cooperativas permanecem recebendo os resíduos dos PEV's, em Salvador. Entretanto, os quadros 1 e 2 apresentam informações vigentes em 2018, referente aos dados institucionais e as condições dos resíduos dos PEV's enviados às cooperativas de materiais reutilizáveis e recicláveis.

**Quadro 1: Informações institucionais das cooperativas que receberam os resíduos dos PEV's, em 2018**

Cooperativa	Tempo de atuação no mercado	Número de cooperativados	Área total (m²)	Parcerias firmadas
Recicoop	14	11	90	Sim
Cooperbrava	16	29	Não informado	Sim
Coopcicla	22	15	1.200	Sim
Cooperbari	20	17	7.200	Sim
Cooperlix	22	18	Não informado	Sim
Caec	15	76	11.000	Sim
Canore	12	16	Não informado	Sim
Cooperes	11	20	Não informado	Sim

Fonte: Elaboração própria (2019).

Conforme pode ser observado no quadro 1, as instituições investigadas apresentam um tempo de atuação variável como também de cooperativados. As áreas totais das cooperativas são bastantes diferentes, algumas com melhores condições de trabalho e outras em condições precárias tanto em relação ao espaço disponível para o trabalho como o número de equipamentos próprios, sendo que a maioria possui balança e prensa, e apenas a cooperativa Canore possui esteira. Além disso, os galpões são alugados ou cedidos pela Prefeitura Municipal de Salvador ou pelo Governo do Estado da Bahia.

As parcerias firmadas com diversas instituições públicas e privadas são fundamentais para composição da receita das cooperativas, já que os percentuais de reaproveitamento dos resíduos dos PEV's são pouco significativos, conforme observado no quadro 2. Sendo assim, as cooperativas recolhem os resíduos de supermercados, hospitais, condomínios, empreendimentos comerciais e de eventos, órgãos da PMS e do Governo Estadual, dentre outros.

É importante destacar que do total das cooperativas de materiais reutilizáveis e recicláveis que recebem os resíduos dos PEV's, somente duas possuem veículos próprios para realização da coleta seletiva, a saber: a Coopcicla e a Cooperbrava, sendo as demais dependentes de veículo (caminhão) cedido pela PMS, por meio da Limpurb, dois a três dias por semana. Ressalta-se que a disponibilização do veículo foi o único apoio apontado pela maioria das instituições entrevistadas e apenas a Canore informou que recebe luvas e botas quando solicita à Limpurb.

Ou seja, constata-se que a Prefeitura Municipal de Salvador (PMS) não tem cumprido o estabelecido na Lei nº 8.915/2015, visto que as ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal têm sido insuficientes para o fortalecimento das cooperativas de materiais reutilizáveis e recicláveis, conforme previsto no referido marco legal. Além disso, faz-se necessário uma mobilização social a favor da temática supracitada, visto que as reuniões com o Ministério Público do Estado da Bahia, segundo relato de algumas cooperativas, não tem avançado nas negociações referente a realização da coleta seletiva no Município e, segundo Ribeiro (2019), o controle social municipal não tem discutido e nem acompanhado a implementação da Lei nº 8.915/2015.

**Quadro 2: Manejo da massa de resíduos reutilizáveis e recicláveis que foram enviados às cooperativas de materiais reutilizáveis e recicláveis em 2018**

Cooperativa	Reaproveitamento dos resíduos (%)	Etapas da reciclagem	Destinação final dos resíduos reaproveitados	Destinação final dos resíduos não reaproveitados
Recicoop	30	Triagem	Indústria da reciclagem	Coleta convencional
Cooperbrava	20	Triagem	Indústria da reciclagem	Coleta convencional
Coopcicla	40	Triagem e prensagem	Indústria da reciclagem	Coleta convencional
Cooperbari	45	Triagem e prensagem	Indústria da reciclagem	Coleta convencional
Cooperlix	70	Triagem	Indústria da reciclagem	Coleta convencional
Caec	Suspendeu o recebimento	-	-	-
Canore	10	Triagem, pesagem e prensagem	Indústria da reciclagem	Coleta convencional
Cooperes	40	Triagem e pesagem	Indústria da reciclagem	Coleta convencional

Fonte: Elaboração própria (2019).

Diante dos resultados apresentados no quadro 2, verifica-se a ineficiência da coleta seletiva por meio dos PEV's em Salvador, tendo em vista os percentuais pouco representativos de reaproveitamento da massa de resíduos que são direcionados às cooperativas de materiais reutilizáveis e recicláveis. A justificativa para esse cenário, segundo as instituições entrevistadas, está associado à quantidade significativa de vidro, materiais perfurocortantes, remédios, resíduos de banheiro ou a forma que os resíduos chegam misturados, de maneira que são disponibilizados para a coleta convencional realizada no Município cuja disposição final é o Aterro Metropolitano Centro (AMC), localizado na estrada do Cia-Aeroporto. Nesse contexto, a cooperativa Caec aponta que o principal motivo para suspensão do recebimento dos resíduos sólidos oriundos dos PEV's no ano de 2018, deve-se ao péssimo estado desses materiais para o encaminhamento à indústria da reciclagem que é a destinação final da massa reaproveitada pelas cooperativas de materiais reutilizáveis e recicláveis.

Outro fator que merece destaque sobre a variação dos percentuais de reaproveitamento dos resíduos originários dos PEV's está relacionado a análise realizada por um representante da cooperativa Cooperbari, ao afirmar que a depender da região do Município, se for de baixa renda, o percentual não ultrapassa 30%, porém em bairros com maior renda per capita, chega-se a 80%. Sendo assim, pode-se inferir que existe uma relação entre a renda, grau de escolaridade e segregação dos resíduos, já que segundo o IBGE (2010), populações com maiores rendimentos mensais possuem também um maior grau de escolaridade. Além disso, de maneira geral, verifica-se que os PEV's dispostos na Cidade não cumprem a função da coleta seletiva e nem de educação ambiental, visto que a maioria da população dispõe diversos tipos de resíduos misturados nesses coletores e mesmo ao redor deles.

Também, destaca-se o manejo dos resíduos reutilizáveis e reaproveitáveis executado pelas cooperativas, em que a maioria não possuem o controle dos materiais que chegam dos PEV's e a justificativa, de acordo com algumas cooperativas, está associada ao tempo gasto para a realização manual da triagem, ou é realizada uma pesagem global e não por categoria. Porém, a Coopcicla apesar de informar que a pesagem é realizada antes da triagem, não repassou tais informações. É importante destacar que a pesquisa foi desenvolvida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia (Crea-BA) e a metodologia utilizada, possivelmente, não facilitou a obtenção para maiores informações, além de que notou-se uma resistência de vários representantes das cooperativas entrevistadas em repassar os dados por via telefônica e solicitaram uma visita à cooperativa, o que representou um fator limitante desse estudo.

Em relação a assistência técnica para submissão de projetos a editais públicos, verificou-se que a maioria das cooperativas não dispõe de pessoal capacitado para submeter propostas que possibilitem melhorias para o



trabalho desenvolvido nas mesmas. Apenas duas cooperativas (Cooperbrava e Cooperes) informaram que são assistidas com o trabalho voluntário de técnicos especializados e, dessa forma, a cooperativa Cooperes afirma que por esse meio, a prensa e o caminhão foram obtidos.

Em relação aos ecopontos, que são locais para recebimento de entulho, pilhas, baterias, pneus e os recicláveis (vidro, papel, papelão e plástico), em 2018, de acordo com a Limpurb, havia em funcionamento somente um localizado no bairro Itagira, atrás do Hiper Posto. O ecoponto do Vale da Muriçoca estaria em processo de requalificação e a meta da Limpurb era instalar oito ecopontos para esse ano e oito no ano de 2019, porém a meta para o ano de 2018 não foi atingida, de acordo com Ribeiro (2019). Vale ressaltar que a Limpurb trabalha com uma divisão administrativa da Cidade por meio dos Núcleos de Limpeza (NL's), que congrega um conjunto de bairros, num total de 18 NL's. É importante destacar que, para uma cooperativa de material reutilizável e reciclável desenvolver o trabalho, faz-se necessário o cadastro na Limpurb, para fins de controle administrativo.

Quanto ao grupo Neoenergia, foi desenvolvido um projeto de coleta seletiva em Salvador com os condomínios, intitulado como Vale Luz, do Programa de Eficiência Energética que promove descontos na conta de energia pela troca de resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis, como: metais (latas de alumínio e sucatas de ferro); papéis (papéis brancos, revistas, jornais, panfletos); papelões; plásticos (garrafas pet, embalagens de detergente e produtos de higiene, águas sanitárias); e óleo de cozinha. Como critérios para o condomínio participar do projeto Vale Luz, é desejável que o mesmo possua prática da coleta seletiva implantada e não possua parceria ou convênio com cooperativas de materiais reutilizáveis e recicláveis. Em relação à logística do projeto, é necessário que o condomínio separe e armazene os materiais reutilizáveis e recicláveis aceitos pelo projeto que devem estar limpos e secos (COELBA, 2018).

O Projeto Vale Luz da Coelba também contempla pessoas físicas, por meio do atendimento em postos fixos localizados no Salvador Shopping e Salvador Norte Shopping. Além disso, é disponibilizado uma unidade móvel em Salvador, cuja programação com localização, data e horário pode ser acessada no site do Projeto. Para receber o desconto na conta de energia, o indivíduo deve portar o RG e a conta de energia. No aplicativo Vale Luz cliente tem os valores disponíveis dos materiais recicláveis por quilograma de peso. A ação “Merrecas”, associada ao projeto Vale Luz, tem por objetivo estimular a entrega das latas de alumínio e proporcionar aos consumidores da classe residencial e baixa renda a troca das latas de alumínio por crédito na conta de energia ou brindes/produtos nos pontos determinados pelos parceiros. Em 2018, as cooperativas que receberam os resíduos recicláveis foram a Coopmarc, em Camaçari e a Camapet em Salvador (COELBA, 2018).

## **CONCLUSÕES**

As cooperativas organizadas pela sociedade civil em Salvador são as maiores responsáveis pelas iniciativas de práticas de reaproveitamento e reciclagem de materiais provenientes de pessoas físicas, recebendo apoios tímidos do Poder Público Municipal, como se pôde observar nas consultas realizadas aos gestores municipais. Essa iniciativa tem relação direta com a atividade econômica associada aos materiais que possuem maior valor de mercado, a exemplo do alumínio e o papelão, e que garantem a geração de renda para as famílias de catadores.

A coleta seletiva praticada hoje, em Salvador, não recebe apoio satisfatório do Poder Público Municipal conforme preconizado na Lei nº 8.915/2015. O ciclo observado posiciona a Prefeitura Municipal como um ponto na cadeia, enquanto o dever de implementar o estabelecido na Política Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável não tem acontecido. Não se verifica nenhum tipo de programa que incentive a inclusão dos catadores de materiais recicláveis e o apoio fornecido às cooperativas de materiais recicláveis é o mínimo apontado pelas instituições. Ou seja, apesar de existência de Lei Municipal que prioriza a contratação das cooperativas para execução da coleta seletiva em todo território municipal, inexistem medidas públicas para a implementação dos dispositivos da Lei nº 8.915/2015.

Os PEV's distribuídos na Cidade para recebimento dos materiais recicláveis dos cidadãos de forma voluntária, subsidiada pela Limpurb e atribuída a Secis, tem sido insuficientes para a promoção do acesso universal, uma vez que houve redução do número de PEVs distribuídos pela Cidade, segundo a Prefeitura Municipal, devido à

atos de vandalismo, que podem estar associados à falta de educação sanitária e ambiental, que também é preconizada na legislação municipal e não tem sido implementada adequadamente no Município.

A Prefeitura Municipal não tem desenvolvido ações de educação sanitária e ambiental no Município, conforme estabelece a Lei nº 8.915/2015, visto que, de um total de oito cooperativas cadastradas na Limpurb, as quais recebiam os resíduos dos PEVs, sete recebiam em 2018 e em 2019, o número foi reduzido para cinco o que representa um enfraquecimento da atuação do Poder Público Municipal que não busca estratégias para superar as dificuldades associadas à coleta seletiva realizada por meio dos PEV's, como também para alcançar as metas previstas para instalação de ecopontos. Nesse sentido, verifica-se o desinteresse da Prefeitura Municipal em avançar nessas questões, ao tempo em que a coleta convencional continua sendo praticada em todo o território, o que atende a uma outra lógica e às empresas contratadas.

A iniciativa da Coelba por meio do Projeto Vale Luz tem-se apresentado de forma complementar à atuação da Secis, pois atende às pessoas física e jurídicas no território municipal, inclusive no recebimento de óleos em condomínios.

Por fim, conclui-se que a coleta seletiva desenvolvida no Município não é estruturada como uma política pública e sim como um faz de conta devido a promulgação da legislação de resíduos sólidos que aborda essa temática no País. Dessa maneira, são os atores da sociedade civil que têm contribuído para a conservação ambiental, por meio de benefícios econômicos à população que contribui para a coleta seletiva em Salvador.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BAHIA. Lei nº 12.932, de 07 de janeiro de 2014. Institui a Política de Estadual de Resíduos Sólidos. Disponível em: <http://www.legislabahia.ba.gov.br>. Acesso em: 20 abr. 2018.
2. BRASIL. Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20 abr. 2018.
3. COELBA. Vale Luz. Disponível em: <http://servicos.coelba.com.br>. Acesso em: 20 abr. 2018.
4. SALVADOR. Lei nº 8.915, de 25 de setembro de 2015. Dispõe sobre a Política Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br>. Acesso em: 20 abr. 2018.
5. RIBEIRO, J. F. A. Atuação das cooperativas de materiais reutilizáveis e recicláveis em Salvador: uma análise à luz do marco legal e da atuação do Poder Público. Salvador. 2019. 98p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Sanitária e Ambiental) - Escola Politécnica, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.